

CAPÍTULO 1

QUALIFICAÇÃO DE ADULTOS NO INTERIOR SUL DE PORTUGAL: PARA ONDE?

Bravo Nico

Universidade de Évora

Lurdes Pratas Nico

Direcção Regional de Educação do Alentejo

1. Iniciando o pensamento

Uma das primeiras dificuldades que se sentem, quando começamos a reflectir acerca do passado, presente e futuro da educação de adultos em Portugal decorre do facto de estarmos, no presente, a viver um dos mais interessantes períodos desta realidade.

Desde o início do século, temos assistido a uma mudança profunda na escala das políticas de qualificação de adultos que se têm sucedido, do perímetro demográfico que as mesmas têm delimitado, da preocupação científica que, hoje, existe sobre a realidade que elas geraram e do debate político que, com as mesmas, foi despoletado na sociedade portuguesa.

No entanto, antes e depois de todas as reflexões e de todos os debates, existem factos que, no presente, têm uma magnitude que não deixam ninguém indiferente. Um desses novos factos é incontornável: nunca, como na actualidade, tantos adultos estiveram envolvidos em percursos formais de qualificação.

O nascimento da ANEFA (Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos), em 1999, marcou, de facto, o final de uma época e o início de outra, no que respeita à qualificação dos adultos em Portugal. Nunca mais a realidade foi a mesma, nem nunca mais será.

Com sobressaltos políticos, mais ou menos intensos, com avanços e recuos, mais ou menos evidentes e assumidos, com maior ou menor polémica política e social, a qualificação dos adultos, particularmente a fileira do reconheci-

mento, validação e certificação dos adquiridos experienciais, estimulou, de forma consistente, nos últimos anos, o aparecimento e consolidação de novos percursos de qualificação. Nestes novos percursos, emergiram novos públicos nos espaços e tempos das aprendizagens formais, edificaram-se novas carreiras profissionais e construiu-se uma nova rede nacional de instituições denominadas Centros Novas Oportunidades (anteriormente apelidadas de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências).

Nesta nova fileira do sistema de qualificação português, 'habitavam', em 2011, cerca de dez mil profissionais, em exercício de funções, e mais de um milhão e trezentos mil adultos, em processos formais de qualificação. Se pensarmos na escala demográfica do país e do seu sistema de qualificação, rapidamente concluiremos que estamos perante uma realidade esmagadora.

Com estas novas coordenadas da realidade educacional portuguesa, existem duas questões que se equivalem na respectiva importância: **como chegámos até aqui e para onde iremos, a partir daqui?**

Se foi difícil chegarmos a esta nova coordenada, se esse percurso passou pelos constrangimentos e dificuldades que conhecemos, se essa evolução suscitou o debate que fomos acompanhando, então, discutirmos o sentido da evolução desta dinâmica será um exercício também complexo. Mas, será um exercício necessário e que é imperioso que se inicie no momento presente. O pior que nos poderia acontecer seria, chegados até aqui, por aqui nos ficarmos e, dessa forma, desperdiçarmos todo o património pessoal e social que se construiu em torno da qualificação dos adultos, em Portugal, na última década.

2. Como chegámos até aqui (a dimensão nacional e regional)

A partir do final da década de 90, do século passado, em Portugal, assistimos a um conjunto de mudanças e medidas, que vieram introduzir, no campo da Educação de Adultos, novas preocupações, atitudes, metodologias, estratégias e desafios. As medidas assumidas, no contexto nacional e repercutidas nas diferentes regiões, são provenientes de um "movimento de valorização" do campo da educação dos adultos, com evidente afirmação nos países da Europa. É disso exemplo, o caso dos países nórdicos, como a Dinamarca, a Suécia, a Finlândia, entre outros.

Em 1999, à ANEFA, foram atribuídas múltiplas funções, entre as quais a construção de "*um sistema de reconhecimento e validação das aprendizagens informais dos adultos, visando a certificação escolar e profissional*" (alínea e) do art. 4.º do Decreto-Lei n.º 387/99). Neste normativo legal, no qual assenta a génese da ANEFA, a definição de Educação de Adultos é a que consta na Declaração de Hamburgo, como referem Melo *et al* (2002:19):

"Nesta óptica, a estratégia para a educação e formação de adultos deve combinar uma lógica de serviço público e uma lógica de programa, que se traduza no estímulo e apoio à iniciativa e à responsabilidade individual e dos grupos."

A ANEFA constituiu o primeiro instituto público com "autonomia científica, técnica e administrativa" (Araújo, 2001:11; Melo, 2007:15-18), embora possamos referir que, já no período de funcionamento da DGEP (Direcção-Geral de Educação Permanente), existia a intenção de criar uma agência nacional, desenvolvendo-se a ideia de transformar a DGEP numa "agência central de recursos" que estivesse ao serviço das associações locais de educação popular da época (Nico, L., 2009:173).

No final da década de 90 do século passado, em Portugal, era possível identificar "dois tipos de sub-certificação" entre os adultos:

(i) a **sub-certificação formal**, em resultado da impossibilidade dos adultos terem concluído a escolaridade obrigatória, nos espaços de educação formal, em idade jovem;

(ii) a **sub-certificação informal**, em virtude da desvalorização dos conhecimentos e aprendizagens concretizadas através da experiência de vida.

Neste contexto, a ANEFA, no âmbito de medidas inovadoras, contribuiu para o desenvolvimento de três dispositivos importantes de qualificação de adultos:

- i) os primeiros Cursos de Educação e Formação de Adultos;
- ii) as Acções S@Ber +;
- iii) o dispositivo de reconhecimento, validação e certificação de competências.

Os **Cursos EFA** foram lançados pela ANEFA, em 2000, e visavam dar respostas integradas e flexíveis na área da educação e da formação. Em 2001, 64,2% da população activa não tinha o 9.º ano de escolaridade e pretendia-se, através de respostas formativas, reduzir os baixos défices de qualificação escolar e profissional da população adulta portuguesa. Em 2000/2001, dos 181 formandos inscritos nos cursos EFA, 62,4% eram mulheres. Apresentamos os dados a nível nacional, no quadro seguinte:

Quadro 1. Caracterização dos formandos dos primeiros Cursos EFA em 2000/2001 (nível nacional)

N.º de formandos inscritos					N.º de formandos certificados
HM	H	M	Emp.	Desem.	
181	68	113	46	135	125 (69,06% do total)

Fonte: Relatório Nacional sobre os Cursos de Educação e Formação de Adultos 2000/2001 (ANEFA, 2002:67).

Na região do Alentejo, as duas entidades piloto foram a ESDIME (Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste, CRL) e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (Centro de Formação Profissional de Santiago do Cacém). Observemos os dados dos Cursos EFA nestas duas entidades, através do Quadro 2:

Quadro 2. Caracterização dos formandos dos primeiros Cursos EFA, em 2000/2001 (nível regional – Alentejo)

CRVCC	N.º de formandos inscritos					N.º de formandos certificados
	HM	H	M	Empregado	Desempregado	
Esdime	13	2	11	0	13	9
CFP	14	1	13	0	14	7
Total	27	3	24	0	27	16

Fonte: Relatório Nacional sobre os Cursos de Educação e Formação de Adultos 2000/2001 (ANEFA, 2002:67).

De acordo com o enquadramento legal actual (Portaria n.º 230/2008, de 7 de Março), os cursos EFA, enquanto modalidade de Educação de Adultos, orientam-se por uma enorme diversidade e flexibilidade de percursos, em função dos adquiridos em contextos formais (níveis de escolaridade de acesso) e da interface que existe entre as entidades que os promovem e os actuais Centros Novas Oportunidades, pois constituem uma modalidade de educação e formação para o encaminhamento dos adultos, que procuram uma resposta de qualificação. Na região Alentejo, estão a funcionar, em Junho de 2011, 192 cursos EFA, dos quais 115 permitem obter uma dupla certificação e os restantes a qualificação apenas na dimensão escolar. Em termos da tipologia desses cursos EFA, 68% representa percursos de formação de nível secundário (DREALentejo, Maio 2011)¹.

Relativamente às **Ações S@Ber +**, estas foram, ao longo dos últimos anos, substituídas por acções de formação de curta duração, designadas, actualmente, de Formações Modulares Certificadas, com base no Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ). Este tipo de resposta traduz a formação que o adulto pode fazer "*à sua medida e ao seu ritmo*", e que lhe permite realizar um percurso formativo, de acordo com as respectivas disponibilidades e circunstâncias.

¹ Este valor não inclui os cursos EFA autorizados pelo IEFP, I.P. e, actualmente, em funcionamento.

O dispositivo de **Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC)** é, igualmente, uma modalidade de educação e formação de adultos que integra, actualmente, o Sistema Nacional de Qualificações (SNQ), tendo este último sido criado em 2007.

O Sistema Nacional de RVCC foi criado, em Portugal, em 2001 (Portaria n.º 1082-A/2001, de 5 de Setembro) e a sua concretização inscreveu-se nas medidas e objectivos da Estratégia Europeia para o Emprego, do Plano Nacional de Emprego (PNE) e na importância crescente dada à valorização dos adquiridos e da aprendizagem ao longo da vida (*lifelong and lifewide learning*) (Nico, L. 2009:184). Os primeiros Centros a desenvolver processos de RVCC foram constituídos em 2000, num projecto-piloto, que integrou seis Centros de RVCC, a nível nacional, dos quais um foi a ESDIME - Agência para o Desenvolvimento Local do Alentejo e Sudoeste, Lda., cuja experiência adquirida, no âmbito dos Cursos EFA, constituiu um dos critérios de selecção (ESDIME, 2007). Aquela rede de centros, de âmbito nacional, tem vindo a expandir até à actualidade.²

A inovação trazida pela ANEFA, concretamente através do Sistema de RVCC, assentou em 3 elementos (Nico, L. 2011:82):

- (1) a certificação formal e escolar das aprendizagens experienciais;
- (2) a utilização das abordagens biográficas no reconhecimento das competências dos indivíduos;
- (3) a operacionalização de um referencial de competências-chave.

Os Centros de RVCC passam a designar-se, em 2006, como Centros Novas Oportunidades. Esses centros constituem uma Rede Nacional de Centros, que foi sofrendo alterações significativas nos últimos anos, não apenas na sua dimensão como nos aspectos organizacionais, o que, em parte, resultou de um conjunto de políticas públicas de educação que se foram consolidando, no âmbito da Iniciativa Novas Oportunidades. Esta Iniciativa integrou, desde 2005, dois eixos importantes que visavam aumentar os níveis de qualificação e as oportunidades de aprendizagem para os jovens e os adultos.

2 Centros de RVCC em funcionamento, no Alentejo, entre 2000-2005: **ESDIME** (Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste), cujo Centro tem sede em Ferreira do Alentejo; **Fundação Alentejo**, com sede em Évora; **Centro de Formação Profissional do IEFP**, localizado em Portalegre; **Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano** (ADL), com sede em Santiago do Cacém; **Rota do Guadiana** (Associação de Desenvolvimento Integrado), com sede em Serpa; **Terras Dentro** (Associação para o Desenvolvimento Integrado das Micro-Regiões Rurais), com sede em Alcáçovas (Viana do Alentejo).

A ANEFA viria a ser extinta, no último trimestre 2002, na sequência da nova Lei Orgânica do Ministério da Educação, e é criada a Direcção-Geral de Formação Vocacional (DGFV).³ Actualmente, é a Agência Nacional para Qualificação, I.P. que, desde 2006, gere as modalidades de educação de adultos, em Portugal, em articulação com as estruturas regionais, a quem compete acompanhar, dinamizar e promover as políticas públicas de educação, nas suas diferentes vertentes (escolar, profissional e de dupla certificação).

No quadro seguinte, podemos observar a evolução da Rede de Centros, entre 2000 e 2005 (Centros de RVCC) e de 2006 até à data (com a Iniciativa Novas Oportunidades):

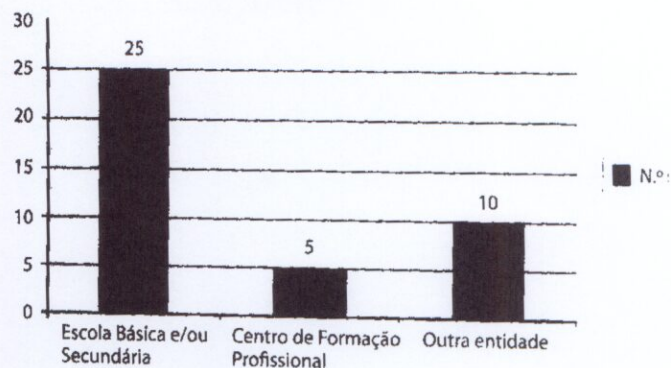
Quadro 3. Rede Nacional de Centros (Portugal e Alentejo)

	Portugal		Alentejo	
	2000-2005	2006-2011	2000-2005	2006-2011
N.º de Centros em funcionamento	98	453	6	40

Fonte: DREAlentejo (Maio 2011).

No que se refere à Região Alentejo, a rede de Centros Novas Oportunidades é, actualmente, constituída por 40 Centros - tendo certificado, desde 2000, através do dispositivo de RVCC, mais de 22 mil adultos -, os quais, de acordo com a tipologia de entidade promotora, se apresentam, no gráfico seguinte:

Gráfico 1. N.º de Centros Novas Oportunidades da Região Alentejo, por tipologia de entidade



Fonte: DREAlentejo (Maio 2011).

³ Decreto-Lei nº 208/2002, de 17 de Outubro.

Se, até 2005, conforme foi referido, a rede de Centros em Portugal e no Alentejo era, essencialmente, uma rede privada, a partir de dessa data, há o envolvimento das escolas públicas, básicas e/ou secundárias, que se candidatam a entidade promotora desse projecto. Este processo foi acompanhado, regionalmente, pelas estruturas regionais (Direcções Regionais de Educação e Instituto de Emprego e Formação Profissional).

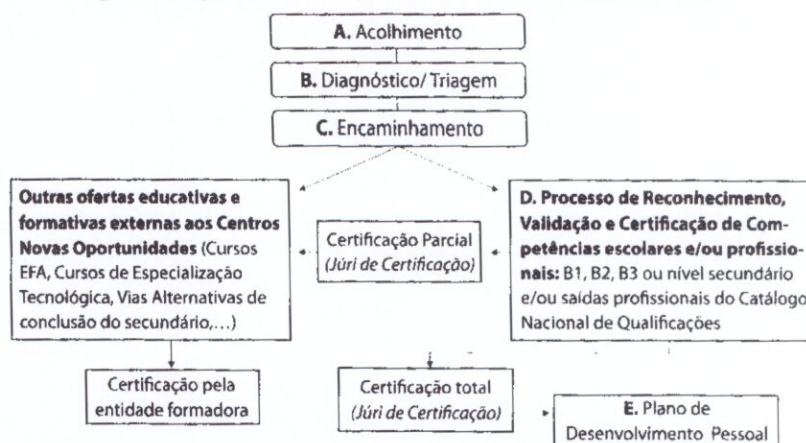
Após 2005, os **Centros Novas Oportunidades** passam a ser entendidos como porta de entrada dos adultos, desenvolvendo o seu **trabalho em duas dimensões** que consideramos importantes referir: a dimensão do encaminhamento e a dimensão da provedoria.

A **dimensão de encaminhamento** visa dar ao adulto a melhor resposta formativa, em função das suas habilitações, expectativas, interesses e disponibilidades. Esta necessidade contribuiu para a emergência de uma nova figura na equipa pedagógica, em 2008, designada de *Técnico de Diagnóstico e Encaminhamento* (Almeida *et al*, 2008). A sua principal função é proceder ao diagnóstico, isto é, aplicar uma metodologia específica de trabalho individual com cada indivíduo, definindo a resposta mais adequada à melhoria do seu nível de qualificação. Além das modalidades de educação e formação, anteriormente referidas, destacamos, ainda, as Vias de Conclusão do Nível Secundário de Educação, os Cursos de Especialização Tecnológica (CET), entre outras.

De todas estas modalidades/respostas, a única que é realizada pela equipa do próprio Centro é o processo de RVCC (de nível básico e/ou secundário; escolar, profissional, ou de dupla certificação). A necessidade daquele Técnico, resultou, ainda, de uma maior procura de candidatos com perfis e percursos diversificados, aos quais se teria de ser dada uma resposta, também por si, adequada e diversificada. Com a Iniciativa Novas Oportunidades, nos Centros Novas Oportunidades (CNO) disseminam-se novas orientações sob o ponto de vista técnico, pedagógico e metodológico.

A equipa pedagógica que trabalha num Centro, desenvolve o seu trabalho através de etapas de intervenção, apresentadas na figura seguinte:

Figura 1. Etapas de intervenção dos Centros Novas Oportunidades



Fonte: Gomes & Simões (2007:21).

A **dimensão de provedoria** é traduzida no papel dos CNO no apoio aos adultos, nomeadamente no período pós-certificação. Esse apoio concretiza-se através da elaboração de um documento designado Plano de Desenvolvimento Pessoal (PDP), tendo em vista a continuidade dos processos de educação e formação ao longo da vida, após o processo de RVCC, tal como havia sido recomendado, em 1997, pela V Conferência Internacional de Educação de Adultos (Hamburgo) e, em 2000, através de um Memorando sobre a Aprendizagem ao Longo da Vida.

Mais recentemente, o reconhecimento da importância da Aprendizagem ao Longo da Vida, ao serviço do desenvolvimento das pessoas e dos países, foi tema em debate na VI Conferência Internacional, que decorreu em 2009, no Brasil.

Através da Iniciativa Novas Oportunidades, com destaque para a missão dos actuais Centros Novas Oportunidades, mais de um milhão de adultos já regressou à escola para retomar e/ou continuar o respectivo percurso de qualificação, entretanto interrompido ou abandonado. A questão que, agora, se coloca é a seguinte:

3. Para onde iremos, a partir daqui?

Para definirmos um caminho, uma rota, necessitamos de dois pontos: o de partida e o de chegada. Na realidade, o ponto, em torno do qual aqui reflectimos é o ponto de partida: o presente. O que encontramos no presente que, em nossa opinião, se possa assumir como âncora positiva para a defi-

nição de uma evolução desejável da qualificação dos adultos em Portugal e, consequentemente, no Interior Sul?

3.1. As âncoras do presente

i) **A mudança de atitude face à qualificação**, por parte da generalidade da população portuguesa. Na realidade, se os índices de desqualificação académica e profissional dos portugueses sempre se assumiram como um dos principais problemas estruturais das dimensões social e económica do país, uma outra realidade, bem mais corrosiva, sempre existiu de forma enraizada na sociedade portuguesa: uma atitude pouco favorável face à qualificação, por parte da população adulta, com particular relevância da que se encontra em situação activa e dos pequenos e médios empresários, cujas empresas asseguram uma fatia preponderante do emprego. No presente, esta atitude encontra-se em alteração e a própria postura do estado português, perante esta realidade, tem vindo a evoluir, pela positiva, particularmente desde que, em 1986, Portugal aderiu à União Europeia (à época, denominada Comunidade Económica Europeia). No âmbito da, já referida, Iniciativa Novas Oportunidades (Eixo Adultos), têm sido assinados vários protocolos, envolvendo diferentes Ministérios, com o objectivo de disponibilizar uma oportunidade de qualificação de nível secundário aos quadros e colaboradores das empresas e de instituições como as Forças Armadas e as Forças de Segurança (GNR e PSP). Tendo em vista a mobilização e motivação das entidades empregadoras e seus trabalhadores para o esforço e projecto de qualificação, são celebrados, entre 2005 e 2007, mais de 500 protocolos e acordos de cooperação que envolvem a ANQ, o IEFP e outras entidades, os quais naquele período *"abrangem no total cerca de 600 mil pessoas"*⁴. O nº de protocolos e de acordos de cooperação com as empresas/instituições, aumentou significativamente (www.novasoportunidades.gov.pt). De referir, ainda, os programas de formação para empresários em micro, pequenas e médias empresas (PME). Pode ler-se, no preâmbulo da legislação que enquadra esta medida, o seguinte: *"reconhece-se que os níveis de qualificação de uma percentagem significativa dos empresários (...) constituem fortes condicionantes do aumento da produtividade e da competitividade das mesmas..."* (Portaria n.º 183/2010, de 29 de Março);

ii) **A imagem social das actuais políticas de qualificação de adultos** tem vindo a consolidar-se, no seio da sociedade portuguesa, e criou, em certa medida, uma certa 'imagem de marca' com que a população portuguesa se tem vindo a familiarizar. Actualmente, a generalidade dos portugueses

⁴ ME & MTSS (2007). *Iniciativa Novas Oportunidades Dois Anos em Balanço*. Lisboa.

conhece um familiar, um amigo ou um colega que já frequentou, ou se encontra a frequentar os percursos formais de qualificação. A proximidade dos cidadãos com esta realidade é evidente e as campanhas mediáticas, que têm sido concretizadas, têm contribuído para um razoável conhecimento destas políticas públicas, das instituições que as têm vindo a promover e dos concidadãos que a elas têm aderido. Desde 2007 até à actualidade, já se concretizaram várias campanhas de mobilização social, tendo em vista a promoção da qualificação, tanto de adultos, como de jovens;

iii) As abordagens técnicas e pedagógicas que se encontram envolvidas na concretização desta nova geração de políticas de qualificação de adultos – apesar de não constituírem uma novidade no campo científico das ciências da educação e de serem habituais em determinados contextos de formação – **assumem-se, em Portugal, no âmbito do respectivo sistema educativo, como uma das mais interessantes inovações que ocorreram, nas últimas décadas.** De facto, a concretização de *balanços de competências*, como técnica de determinação da coordenada inicial de um percurso de qualificação personalizado, o recurso às *histórias de vida*, como abordagens de formação reflexiva e participada, a construção e exploração de *portefólios*, como instrumentos de avaliação e de edificação de infra-estruturas afectivas e volitivas desencadeadoras de novas aprendizagens, entre outros aspectos, é uma realidade relativamente inovadora no sistema educativo. Este facto tornou-se ainda mais evidente a partir do momento em que as escolas públicas começaram a promover a existência e funcionamento de Centros Novas Oportunidades, o que aconteceu, com algum significado, a partir do ano lectivo 2005/2006. Estas diferentes abordagens têm vindo a alargar, progressivamente, o seu território e encontram-se, actualmente, presentes em todos os segmentos do sistema educativo, com particular evidência nos níveis mais elevados de qualificação. Destaca-se, nesta dimensão, a adesão do sistema de ensino superior aos mecanismos de reconhecimento, validação e certificação de adquiridos experienciais;

iv) A alteração, quantitativa e qualitativa, da população que, hoje, frequenta as escolas e as instituições formadoras é uma evidência. Em escolas localizadas no interior do país, e que possuem Centros Novas Oportunidades, é frequente verificar-se que o número de adultos inscritos na instituição e a frequentar os seus espaços de aprendizagem é maior do que o número de jovens. Muitas destas escolas possuem, hoje, uma vida ao final da tarde/início da noite que não tem paralelo, sequer, nos tempos em que promoviam o ensino recorrente nocturno;

v) A rede promotora de percursos formais de qualificação para os adultos é heterogénea e nela coabitam, de forma tranquila e complementar,

instituições públicas e privadas. Quando observamos o início de toda esta dinâmica, em 2000, verificamos que a maioria das instituições promotoras era privada. Naquele ano, em Portugal, do total de 6 Centros de RVCC⁵, 5 eram promovidos por entidades privadas e apenas 1 pertencia à rede pública, promovido pelo IEFP, I.P. (Nico, L. 2009:187) Este livro – que reúne os contributos das instituições pioneiras da região Alentejo – é a prova do que aqui se afirma. A evolução que ocorreu sempre assentou na livre iniciativa das instituições, na sua capacidade de empreenderem projectos de qualificação relacionados com os respectivos territórios e as redes institucionais neles existentes e na prática competitiva de se candidatarem ao financiamento para concretizarem os respectivos projectos. Esta é uma realidade, relativamente nova, num sistema educativo onde a presença da escola pública é determinante;

vi) A emergência de uma rede de qualificação mais coerente e preocupada com o território e com as necessidades das pessoas e da economia. Esta realidade emergiu naturalmente quando se compreendeu que a coexistência de redes paralelas, incomunicáveis e compartimentadas pelas artificiais delimitações administrativas e de tutela política do país não respondia, de forma racional e eficiente, às necessidades de qualificação da população e das instituições, particularmente daquelas que concorrem para a economia dos locais, das regiões e do país (Nico, B. 2008). O Sistema Nacional de Qualificações (Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de Dezembro) é, no presente, um dos mais valiosos instrumentos de regulação das políticas de qualificação e a Agência Nacional de Qualificação uma evidência de que urge repensar o modelo político da Educação e da Formação em Portugal. É desejável que haja uma articulação entre os instrumentos criados no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações – nomeadamente, o Quadro Nacional de Qualificações (que define a estrutura de níveis de qualificação), cuja referência são os princípios constantes do Quadro Europeu de Qualificações; o Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) e a Caderneta Individual de Competências, onde se processa o registo das competências certificadas, referidas no Catálogo Nacional de Qualificações –, e as respostas de formação escolar, profissional ou de dupla certificação, para que a oferta esteja adequada à procura individual dos indivíduos e às necessidades do tecido económico e social.

⁵ Centros de RVCC “em observação” em Portugal, no ano 2000: Associação Industrial do Minho (AIMinho); Associação Comercial de Braga (ACB); Associação Nacional de Oficinas de Projecto (ANOP); Escola Nacional de Bombeiros (ENB); Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) – Centro de Formação Profissional do Seixal; Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste (ESDIME).

3.2. As âncoras do futuro

i) A população adulta portuguesa continua a possuir, em média, níveis de qualificação escolar e profissional muito abaixo dos padrões médio dos países com quem Portugal se pretende comparar. Na realidade, os últimos indicadores disponíveis evidenciam que a população adulta portuguesa possui níveis de qualificação que nos colocam num dos patamares mais baixos das taxas de escolarização e certificação académica e profissional, no âmbito dos organismos internacionais, de que fazemos parte, e também no âmbito da União Europeia, pese embora toda a dinâmica de qualificação e a alteração, de certa maneira relevante, ocorrida na qualificação escolar e profissional dos adultos, na última década. No entanto, apesar de todo este esforço, o nosso atraso nesta dimensão da qualificação (que era enorme) continua a ser muito acentuado. **Necessitamos, pois, de manter, dinamizar e, eventualmente, aumentar a nossa capacidade endógena de qualificar adultos, de promover oferta educativa direccionada para as necessidades e as expectativas dos adultos e, também, para as necessidades da economia do país;**

ii) Para lá das óbvias necessidades de qualificação a que nos referimos no ponto anterior, existe, na actualidade, uma percepção mais clara e justa daquilo que é, ou deve ser, o serviço público de qualificação num país como Portugal. Na realidade, se até há bem pouco tempo o sistema educativo do país privilegiava a disponibilização de oferta educativa e formativa para as gerações mais jovens, na actualidade, é uma realidade incontornável e uma exigência dos tempos que vivemos, que **os sistemas de qualificação dos países desenvolvidos assumam a totalidade da vida de cada pessoa, no sentido de adequarem, construírem e adaptarem a sua oferta formativa a cada circunstância vital dos indivíduos. Hoje, mais do que nunca, o direito à educação é um direito sem rugas e deve exercer-se, com a mesma quantidade e qualidade, em qualquer momento da vida de cada indivíduo.** Esta realidade complementa-se com o facto de termos, hoje e de forma bem clara, a percepção de que as qualificações, as competências, os conhecimentos, construídos e desenvolvidos através de percursos formais de qualificação, têm um tempo de vida útil bastante curto, o que faz com que todos os indivíduos necessitem de uma aprendizagem contínua, que lhes permita estar devidamente informados ao longo de toda a sua vida e, consequentemente, manter a sua capacidade de interagirem com a realidade do exercício profissional e da participação cívica e social. Essas necessidades estão, hoje, em contínua dinâmica e necessitam, todas elas, de um contributo, contínuo e dinâmico, dos

acolhendo, no seu seio, todos os espaços comunitários por onde as pessoas circulam e aprendem e que fazem parte do trajecto vital dos indivíduos dessa comunidade;

v) A semelhança dos sistemas públicos de saúde e de segurança social, que estão presentes em cada momento da vida de cada indivíduo e lhes disponibilizam, em cada circunstância, a resposta mais adequada à situação com que este se depara, entendemos que é, também, um dos **objectivos de futuro dos sistemas públicos de qualificação, que estes estejam presentes em cada momento da vida de cada pessoa e, nessa circunstância específica, tenham a capacidade de construir, de forma personalizada, as respostas de qualificação, que mais se adequem às respectivas necessidades e expectativas, bem como aos desafios suscitados pelas trajetórias de inserção no mercado de trabalho e de participação cívica.** Os sistemas de qualificação têm de acompanhar toda a vida dos cidadãos, pois só assim poderemos implementar o paradigma da aprendizagem ao longo da vida, que é um direito dos cidadãos e um dever dos estados.

4. E no interior sul do país? O que pensamos, onde estamos e para onde iremos?

i) A Qualificação e as Pessoas

No sul do país, tal como em todo o interior de Portugal, existem variáveis que, sendo diferentes das que caracterizam a realidade em territórios mais densamente povoados, determinarão certamente uma evolução. Não deixando de seguir as balizas gerais que a realidade da educação de adultos assumirá no contexto do país, a evolução do sistema de qualificação de adultos, nas regiões de interior com baixa densidade populacional, acentuado envelhecimento e altas taxas de saída de jovens (particularmente de jovens qualificados), deverá merecer-nos um pensamento integrado e multidisciplinar e uma acção concertada (Nico, B. 2008).

Em primeiro lugar, os actuais operadores no âmbito da qualificação dos adultos deparam-se com uma dificuldade óbvia e que decorre da realidade demográfica. A população que acorreu aos Centros Novas Oportunidades, na expectativa de ver certificadas as suas competências e os seus conhecimentos, está a diminuir pela simples razão de que, a breve prazo, a generalidade das pessoas que estavam em condições de realizar este processo – e que tinham disponibilidade afectiva e volitiva para o fazer – já o fizeram e, em consequência, já possuem uma certificação escolar e, muitas vezes, profissional. Por outro lado, actualmente estão a chegar ao sistema de

sistemas de qualificação, de forma a permitir que cada indivíduo consiga permanecer neles, com a faculdade total das suas capacidades pessoais, sociais e políticas ao longo de toda a sua vida;

iii) A entrada progressiva de novos operadores no sistema público de qualificação – particularmente a chegada em quantidade significativa e com uma dinâmica bastante assinalável, de empresas, associações empresariais, sindicatos, associações profissionais, instituições de sociedade civil e outro tipo de organizações – fez com que este ganhasse uma diversidade de protagonistas que dificilmente será atenuada, e que promoverá a existência, em cada território, de uma circunstância qualificadora, que é bem mais complexa do que aquela que existia, num passado recente, onde as instituições escolares tradicionais eram as operadoras formalmente assumidas, como sendo únicas na disponibilização das oportunidades da qualificação. **Hoje, a rede complexificou-se, tornou-se mais rica e diversa, e estas características vieram trazer mais quantidade e qualidade de qualificação à população residente nesses territórios.** Seria, pois, um erro ignorar esta mais-valia que hoje existe e ignorar os contributos que todo este universo institucional pode dar ao esforço de qualificação da população adulta, que, como já referimos, apesar dos resultados animadores do passado recente, carece ainda de percorrer um caminho que se apresenta longo e difícil;

iv) O universo das aprendizagens concretizadas pelos adultos que chegaram ao sistema de reconhecimento, validação e certificação de adquiridos experienciais – e que ficaram bem evidentes através do conteúdo dos portefólios por eles construídos durante o processo inicial do seu percurso de qualificação – evidenciou a existência de uma importante dimensão e contributo dos espaços não escolares e, portanto, dos espaços de aprendizagem não formal, na construção dos conhecimentos e das competências desses indivíduos. **Estas autênticas escolas fora da escola revelaram, por outro lado, que não é mais possível ignorar o contributo da educação não formal e informal, no universo de aprendizagens de cada indivíduo.** Se assim é – e sabendo-se, em cada território, quais foram os espaços institucionais mais significativos no contributo de qualificação dos indivíduos nele residentes –, então, torna-se óbvia a necessidade de integrar esses espaços institucionais de qualificação numa rede de aprendizagem que deve ser pensada, gerida e monitorizada, com a participação das escolas, particularmente das instituições que promovem a validação e certificação dessas aprendizagens, em momento posterior. Por outras palavras, entendemos que **a escola pode ganhar um novo perímetro,**

qualificação indivíduos com circunstâncias pessoais, profissionais e sociais bastante adversas, em consequência do aumento dos níveis de desemprego e da, consequente, fragilidade que essa circunstância potencia nas pessoas e nas famílias.

Nestas circunstâncias, as ofertas de qualificação deverão ter três características fundamentais:

- a) Para a população que ainda possui níveis de qualificação muito baixos, mas que ainda não sentiu impulso de procurar uma nova certificação e de voltar aos percursos formais de qualificação, é absolutamente fundamental uma nova abordagem no sentido de estimular e convocar, afectivamente, estas pessoas para a sua qualificação. Isso poderá ser feito com o recurso aos que já fizeram estes percursos, aos responsáveis das empresas onde esta população exerce a sua actividade profissional e também aos líderes comunitários, que poderão ser elementos valiosos numa estratégia de comunicação e sensibilização da população desqualificada e para a necessidade de proceder à respectiva qualificação;
- b) Para a população adulta que, entretanto, certificou as suas competências e os seus conhecimentos e que, de certa maneira, *descongelou* a sua atitude face à aprendizagem e à qualificação (e também, de uma maneira geral, face à escola), é absolutamente fundamental que as redes locais de qualificação possam construir ofertas de aprendizagem, ajustadas às necessidades antigas e actuais e às expectativas geradas pela nova realidade da certificação, entretanto concretizada. Muitos destes adultos reencontraram a vontade de aprender e sentiram, inclusivamente, alguns deles, nos momentos finais do processo de reconhecimento de certificação e validação de competências, uma certa insatisfação pelo facto de não continuarem o percurso das suas aprendizagens. Há, pois, neste momento, para esta população, uma oportunidade de se construírem ofertas formativas que preencham esse vazio que foi criado pela interrupção, eventualmente precoce, de uma caminhada de qualificação através da qual, os adultos readquiriram o gosto, o desejo, e a alegria de aprender.
- c) Para a população que atravessa uma circunstância adversa (desempregados, pessoas em situação de pobreza, indivíduos oriundos de grupos sociais excluídos, etc), marcada por baixos índices de qualificação, auto-estima fragilizada e baixa motivação para a aprendizagem, o desafio consiste em promover dispositivos de qualificação que sejam capazes de edificar infra-estruturas afectivas mínimas que sustentem projectos pessoais de desenvolvimento e consequentes projectos de qualificação.

ii) A Qualificação e a Economia Local

A construção de interfaces entre os percursos de qualificação e as fileiras

económicas locais e regionais – nas quais o esforço de qualificação poderá resultar de forma mais consolidada e mais imediata num retorno na produtividade, na competitividade e, consequentemente, na produção de riqueza – deve ser privilegiada no desenho de políticas de educação e formação dirigidas para os territórios do interior do país. Na realidade, **há fileiras económicas, no âmbito das actividades mais tradicionais da produção de artigos certificados e em muitas áreas da economia local, que poderão beneficiar bastante com uma abordagem de qualificação.** Esta nova abordagem permitirá aos pequenos empresários locais, aos respectivos colaboradores e a todos aqueles que são responsáveis locais pela qualificação das pessoas e pela vida nas comunidades, dar um impulso muito significativo às fileiras económicas locais, incorporando conhecimento, tecnologia, criatividade e inovação e, dessa forma, potenciar a produção de riqueza nos territórios, que é uma condição *sine qua non* para a criação do emprego e para a fixação dos indivíduos e das famílias. A promoção do **empreendedorismo** é, nesta dinâmica de desenvolvimento local, uma dimensão crítica que importa relevar.

iii) A Qualificação e os Territórios

Outro ponto a acrescentar à dimensão territorial do interior, é o que se prende com a necessidade de se construírem redes territoriais de qualificação, com escala regional, que possam congrega todos os operadores presentes nesse território, potenciando, assim, a existência da máxima latitude vocacional em cada um dos territórios, no sentido de que, não tendo de estar disponível em cada ponto do território, toda a diversidade de oferta formativa, possa, no entanto, garantir-se a disponibilização de oferta de qualificação que responda às necessidades e expectativas vocacionais da generalidade da população aí residente: jovens e adultos. Através da gestão integrada desta rede, podem criar-se as condições para que os indivíduos realizem a sua qualificação localmente, sem sentirem a necessidade de sair desse território. **O desafio consiste na construção de percursos de aprendizagem e de qualificação que possam ter uma parte significativa desses segmentos de formação instalados no próprio território,** com recurso aos instrumentos financeiros actualmente disponíveis.

Bibliografia

- ALMEIDA, M. et al (2008). *Metodologia de acolhimento, diagnóstico e encaminhamento de adultos – Centros Novas Oportunidades*. 1.ª Edição. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação (ANQ I.P.).

- ANEFA (2002). *Relatório Nacional sobre os Cursos de Educação e Formação de Adultos 2000/2001*. Lisboa: Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA).
- ARAÚJO, S. (Org.) (2001). *Relatório de Actividades 2000*. Lisboa: Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA).
- ESDIME (2007). *O Impacto da Certificação de Competências na Vida das Pessoas*. Camarate: ESDIME.
- GOMES, M. & SIMÕES, M. (2007). *Carta de Qualidade dos Centros Novas Oportunidades*. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação (ANQ I.P.).
- MELO, A. (2007). "Apresentação e contextualização do estudo". In ESDIME (Org.). *O Impacto da Certificação de competências na vida das pessoas*. Camarate: ESDIME. pp. 7-30.
- ME & MTSS (2007). *Iniciativa Novas Oportunidades: dois anos em balanço*. Lisboa: Ministério da Educação (ME) & Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS).
- MELO, A. et al (2002). *Novas Políticas de Educação e Formação de Adultos. O contexto internacional e a situação portuguesa*. 1.ª Edição. Nº 2. Lisboa: Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA).
- NICO, B. (2008). "Aprender no interior português: Vértices para um pensamento integrado e uma acção responsável". In Bravo Nico (org.) *Aprendizagens do Interior: reflexões e fragmentos*. Mangualde: Edições Pedagogo.
- NICO, L. (2009). *Avaliação do(s) Impacto(s) do Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), no Alentejo (período 2001-2005)* [tese apresentada à Universidade de Évora tendo em vista a obtenção do Grau de Doutor em Ciências da Educação]. Évora: Universidade de Évora (policopiada).
- NICO, L. (2011). *A Escola da vida: Reconhecimento e validação dos adquiridos experienciais em Portugal (Fragmentos de uma década 2000-2010)*. Mangualde: Edições Pedagogo.

Legislação

- Decreto-Lei n.º 387/99, de 28 de Setembro
- Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro
- Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de Dezembro
- Portaria n.º 1082-A/2001, de 5 de Setembro
- Portaria n.º 230/2008, de 7 de Março
- Portaria n.º 183/2010, de 29 de Março

Documentação

- DREALentejo (Maio 2011)

Sítios da Internet consultados

- www.novasoportunidades.gov.pt
- www.poph.qren.pt